



Câmara Municipal de Marataízes

RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO

ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO I – C E TABELA 7 DO ANEXO II DA IN 34/2015 CÓD 46 - RELUCI

EXERCÍCIO DE 2015

Presidente da Câmara Municipal

WILLIAN DE SOUZA DUARTE

Controladora Interna

GRAZIELLY SANTOS

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento as determinações contidas na IN TCE-ES 34/2015 e o disposto na Lei Municipal nº 1490/2012, e artigos 70 e 74, da Constituição Federal, o art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, apresento o Relatório e Parecer Conclusivo do Órgão de Controle Interno sobre as contas do exercício financeiro de 2015 da Câmara Municipal de Marataízes/ES.

O presente relatório compõe a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Marataízes na gestão do Presidente Willian de Souza Duarte, relativo ao exercício financeiro de 2015, conforme estabelece a Instrução Normativa nº. 34/2015, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e suas alterações.

Nossos exames foram realizados de acordo com as leis vigentes e Instruções Normativas no âmbito desta Câmara Municipal, os trabalhos foram realizados pela Controladoria Interna, sem abrangências na análise das peças contábeis tendo em vista a ausência de um servidor com formação contábil no quadro do Controle Interno, posto que análise de tais peças por pessoa sem formação contábil e sem o registro no órgão competente (CRC) ensejaria exercício irregular da profissão. A Controladoria Interna desta Câmara Municipal é composta por uma Controladora com formação em Direito inscrita na OAB/ES sob o nº. 15.244.

As auditorias realizadas no exercício de 2015 foram em atendimento ao TCE-ES, Manual de Auditoria da Câmara Municipal de Marataízes, bem como ao PAAI (Plano Anual de Auditoria Interna) desta Casa de Leis.

Para elaboração do presente relatório, o Órgão de Controle Interno extraiu as informações constantes na LEI COMPLEMENTAR Nº 1.659 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013, que DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2014 A 2017; LEI COMPLEMENTAR Nº 1.710 DE 01 DE JULHO DE 2014, que DISPÕE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2015 DO MUNICÍPIO DE MARATAÍZES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS e EI COMPLEMENTAR Nº 1.742 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014, que ESTIMA A RECEITA E FIXA A

DESPESA DO MUNICÍPIO DE MARATAÍZES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Controladoria Interna conta atualmente com 01 (uma) funcionária, conforme quadro de pessoal descrito abaixo:

Quantidade	Cargo	Formação
01	Controladora Interna	Direito

3. PLANO ANUAL DE AUDITORIA 2015

A Controladoria Interna elaborou Plano Anual de Auditoria para o exercício de 2015, que foi enviado ao Presidente da Câmara Municipal, sendo os trabalhos de auditoria voltados para:

LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS; SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL; ANÁLISE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO E EXECUÇÃO CONTRATUAL; DIÁRIAS e FROTAS.

A Unidade Central de Controle Interno aplicou técnicas de amostragem e os processos foram selecionados de forma aleatória para verificar os pontos de controle e os procedimentos internos da Câmara Municipal de Marataízes/ES.

A Unidade Central de Controle Interno registra que todos os documentos mencionados neste relatório se encontram arquivados nesta Controladoria e estão à disposição desse Tribunal de Contas para avaliações e verificações, caso seja necessário.

3.1 ATIVIDADES EXECUTADAS NO EXERCÍCIO 2015

Objetivando subsidiar a emissão do Parecer Final sobre as contas, realizamos auditorias nos Limites Constitucionais e Legais; Sistema de Controle Patrimonial; Análise de Processos Licitatórios e de Execução Contratual; Processos de Diárias e Sistema de Frotas, conforme abaixo:

4. AUDITORIA NOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Limites constitucionais e legais

Item 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 010, 011

Em atendimento a CIRCULARIZAÇÃO 01/2015 – sob o protocolo 11.974/2015, o Setor Contábil encaminhou resposta e documentação onde foram verificados os seguintes apontamentos:

Os subsídios dos Vereadores foram fixados em cumprimento aos limites máximos estabelecidos no Art. 29, inciso VI, da CFRB/88 e em consonância com os valores fixados de uma legislatura para outra, conforme resposta do Setor Contábil a Circularização nº. 01/2015 (protocolo 11.974/2015) e demonstrado nas Fichas Financeiras Detalhadas do exercício de 2015 de todos os Vereadores anexadas à documentação emitida pela Contabilidade.

Os limites dos vereadores é limitado a 30% (trinta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais.

Tem-se que no Estado do Espírito Santo, conforme dispõe a Lei Estadual nº 9.612/2010, foi fixado em R\$ 20.042,34 (vinte mil, quarenta e dois reais e trinta e quatro centavos) o subsídio do Deputado Estadual a partir da legislatura de fevereiro/2011. E o subsídio dos Vereadores do Município de Marataízes é de R\$ 5.285,50 (cinco mil, duzentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos), ou seja, em estrito cumprimento à legislação que o regulamenta.

Os subsídios dos Vereadores foram pagos nos termos estabelecidos no Art. 29, inciso VI, da CRFB/88, atendendo aos limites máximos fixados e ao valor estabelecido de uma legislatura para outra, conforme informado pelo Setor Contábil em resposta Circularização nº. 01/2015 (protocolo 11.974/2015) e demonstrado nas Fichas Financeiras Detalhadas do exercício de 2015 de todos os Vereadores anexadas à documentação emitida pela Contabilidade.

O total da despesa com a remuneração dos Vereadores no exercício de 2015 não ultrapassou o montante de 05% (cinco por cento) da receita do Município, conforme informado pelo Setor Contábil em resposta a Circularização nº. 01/2015 (protocolo 11.974/2015) e demonstrado no Relatório de Demonstrativo dos Limites.

Comparando o total de despesa autorizada para o ano de 2015 com a realizada houve uma diferença à maior no valor de R\$ 435.493,26 em relação ao saldo financeiro apurado do Poder que foi de R\$ 174.692,06; quanto ao imobilizado do Poder o valor constante é de R\$ 454.718,94; o passivo circulante fechou em R\$

912,78, tendo o Ativo Circulante alcançado o valor de 174.642,06, ou seja, dentro do previsto no Art. 42 da LRF.

As variações patrimoniais aumentativas referentes as transferências intragovernamentais evidenciaram o valor de R\$ 3.179.404,78, sendo que as variações patrimoniais quantitativas diminutivas referentes o resultado patrimonial do período foi de 232.968,91, ou seja, gastos com remuneração de pessoal R\$ 1.666.141,97 e de encargos sociais R\$ 416.527,95; com material de consumo R\$ 21.782,32; serviços R\$ 519.123,21; transferências intragovernamentais R\$ 322.860,42, tendo como base da folha de pagamento o valor anual de 1.666.141,97 e as transferências um valor de 3.179.404, 78, verifica-se que para cumprir o limite constitucional com a folha de pagamento seria o equivalente a 70% de R\$ 3.179,404,78 = R\$ 2.225.583,35, estando o poder devidamente no limite constitucional, ou seja, total de gasto de R\$ 1.666.141,97.

O Poder Legislativo no ano de 2015 devolveu aos cofres do executivo Municipal os Valores correspondentes a economia realizada no ano que foi de R\$ 314.988,32; relacionada a Dívida Flutuante não foram constatadas valores devidos com as despesas extraorçamentárias.

Em se tratando com os limites da LRF sobre o Relatório de Gestão Fiscal em seu Art. 55, I e II, este Poder Legislativo teve uma despesa total com pessoal de R\$ 2.082.669,92, atingindo a meta de 1,23%, portanto, abaixo do limite de de 6%, estabelecida na Lei.

Por fim foi verificado que o total da Receita Corrente Líquida (RCL) do ano de 2015 foi de R\$ 168.756.832,58 que aplicado ao limite de gasto do poder, verificou-se que o mesmo encontra-se dentro da norma.

5. AUDITORIA NO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL

ITEM 20 E 21 Gestão fiscal, financeira e orçamentária

ITEM 02 Gestão Patrimonial

Tendo em vista que o Controle Interno deve ser exercido em todos os níveis da entidade do setor público, compreendendo inclusive a preservação do patrimônio público, quanto a questão patrimonial após CIRCULARIZAÇÃO 02/2015 – sob o protocolo 12.054/2015, CIRCULARIZAÇÃO 03/2015 – sob o protocolo 12.064/2015 e CIRCULARIZAÇÃO 04/2015 – sob o protocolo 12.091/2015.

Em 25/09/2015 recomendou-se o acompanhamento diário, mensal e quadrimestral no setor de patrimônio e almoxarifado, de forma a proporcionar o encerramento anual das contas de forma eficiente.

A Unidade Central de Controle Interno passou a expor as seguintes **PROPOSIÇÕES/RECOMENDAÇÕES:**

- 1) Implantação, de imediato, das Instruções Normativas do Sistema de Patrimônio e Almoxarifado;
- 2) Designação de um servidor para gerenciamento o sistema de patrimônio e almoxarifado;
- 3) Capacitação em cursos do servidor responsável pelo setor de patrimônio e almoxarifado;
- 4) Capacitação em cursos dos servidores das comissões de patrimônio, almoxarifado e inventário;
- 5) Seja composta pelos mesmos membros as comissões de patrimônio, almoxarifado e outros membros para comissão de inventário;
- 6) Espaço físico para o setor de patrimônio e almoxarifado adequado com prateleiras, armários e computador com o sistema informatizado de patrimônio e almoxarifado, para melhor controle e estocagem dos bem e materiais de consumo nesta Casa de Leis, conforme a disponibilidade econômico/financeira da Administração, dentro de um planejamento efetivo e formal, a necessidade de centralizar em local próprio, adequado e estruturado conforme as normas de manutenção, armazenamento e conservação de bens e equipamentos públicos, um Almoxarifado e Patrimônio Central capaz de otimizar e distribuir com economicidade e eficiência os bens e materiais disponíveis.

GESTÃO PATRIMONIAL

ITEM 001

As disponibilidades financeiras foram depositadas em instituição financeira oficial, qual seja: Banco Banestes, Conta Corrente 8134165, agência 157 e nos casos de consignação de servidores para Caixa Econômica Federal, conta corrente 4-4, agência 0850.

6. AUDITORIA NA ANÁLISE DOS PROCESSOS LICITÓRIOS E DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Considerando o número reduzido de servidor na Unidade Central de Controle Interno, com a resposta da Circularização 05/2015, sob o protocolo nº.12.271, foram selecionados os seguintes processos para execução da auditoria com os seguintes apontamentos:

- O objeto da licitação foi bem definido;
- O processo licitatório foi autuado e suas respectivas folhas numeradas;
- Não foi observado a existência de cláusulas restritivas, que afastam possíveis concorrentes;
- Não foi observado o fracionamento de licitações;
- O prazo do Edital é respeitado entre a publicação e a abertura dos envelopes;
- A minuta do edital não foi submetida ao parecer da Assessoria Jurídica;
- O processo de licitação não atendeu integralmente o art. 38 da Lei 8.666/93, exceto o seu parágrafo único;
- O edital obedeceu o previsto no art. 40 da Lei 8666/93;
- Há publicação do processo licitatório;
- Verifica-se a publicação dos editais de licitação do corrente ano, bem como dos anos anteriores no sitio eletrônico da Câmara Municipal de Marataízes;
- O contrato de locação seguiu o disposto no art. 55 da Lei 8666/93;
- Os setores têm efetuado as correções sugeridas pelo controle interno;

DO PREGÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

Nº. PROCESSO: 11.550/2015 – EXPEDIENTE Nº 07/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL: Nº. 01/2015

DATA DA ABERTURA: 10/06/2015

OBJETO: SUPORTE TÉCNICO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE SEGURANÇA/CIRCUITO FECHADO DE TV, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, REDE DE TELEFONIA E INTERNET DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARATAÍZES.

PARTICIPANTE: HS TECNOLOGIA LTDA ME (única participante) **VENCEDOR:** HS TECNOLOGIA LTDA ME

VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais) mensais.

Conforme informações encaminhadas pelos setores responsáveis, constatou-se a existência de 1 Pregão, até o dia 03 de setembro de 2015, que foi analisado.

A referida amostra representa gastos efetivos na importância de:

Procedimento Licitatório	Valor
Pregão	Valor mensal R\$ 6.150,00 – Valor anual R\$ 73.800,00

Como parâmetros para análise dos processos foram levados em consideração os processos de licitação até setembro de 2015, ocorre que há época só havia ocorrido uma licitação na modalidade Pregão.

O processo licitatório encontra-se em ordem, devidamente instruídos, numerados e assinados, conforme preceitua a Lei de Licitações e contratos 8666/93.

Do único pregão analisado e realizado até 03 de setembro de 2015, não foi constatada irregularidade capaz de causar danos ao erário, posto que de maneira preventiva a Unidade Central de Controle Interno se manifestou pela Anulação do respectivo pregão por vícios de legalidade, o que foi atendido por esta administração.

Conforme parecer do Controle Interno, não constava nos autos parecer jurídico acerca do Edital, bem como a previsão orçamentária, infringindo assim respectivamente o artigo 38 e o art. 7º, §2º, III da Lei 8.666/93. Tal fato espelha a eficiência do controle interno em atuar também de forma preventiva

para evitar danos ao erário.

No que diz respeito aos controles realizados pelos setores responsáveis pelos processos licitatórios tem-se que os mesmos vêm adotando rotinas internas sólidas capazes de elidir qualquer forma de má utilização dos recursos públicos.

Tal fato pode-se comprovar tendo em vista que do Pregão analisado, o mesmo foi anulado e com isso não ocasionou danos ao erário ou que prejudicasse a correta tramitação dos processos.

DOS CONTRATOS

As contratações de produtos e serviços assim como seus respectivos contratos representa grande parcela do orçamento da Instituição, o que torna esta área bastante relevante aos olhos dos órgãos de controle e que demanda muita atenção desta Auditoria Interna ao realizar ações nos setores envolvidos.

Sendo assim, almeja-se com a realização do presente trabalho verificar o cumprimento de dos preceitos legais que regem as contratações públicas, bem como avaliar os controles internos dos setores envolvidos a fim de se verificar as impropriedades existentes nos procedimentos internos o que poderia levar a uma má gestão e utilização dos recursos públicos. Para tanto, serão realizadas avaliações nos controles e rotinas internas quanto à legalidade e pertinência, bem como verificar o cumprimento, caso haja, dos apontamentos feitos por este setor de Auditoria Interna quando da realização de trabalhos de auditoria nos exercícios anteriores.

IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA MATÉRIA

Conforme informações encaminhadas pelo setor responsável corroborada pelas informações obtidas junto ao sítio da Câmara Municipal de Marataízes-ES, constatou-se a existência de 04 (quatro) contratos, até a data de 31/04/2015, quais sejam: - Contratação de Locação – Contratado Olavo Keesen; Contratação de empresa especializada em locação de licença de uso, implantação, Capacitação, Manutenção e Suporte Técnico de Sistemas – Contratada VDF SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA ME; Contratação de Prestação de Serviço de Gravação de áudio e vídeo e Manutenção da Mídia Oficial Digital – Contratada R.

DUARTE LISBOA-ME; Contratação de empresa para prestação de serviços de suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática, redes de telefonia, e internet da Câmara Municipal de Marataízes, incluindo novos equipamentos adquiridos durante a vigência do respectivo contrato.

Do universo existente de contratos foi selecionado 01 (um) contrato de forma aleatória, o que representa 25%, que representa um total de contratos até 1º de janeiro até 31 de abril de 2015.

O Contrato Administrativo de Locação encontra-se em ordem, devidamente instruído, numerado e assinado, conforme preceitua a Lei de Licitações e contratos 8666/93, conforme fls. 32/39 do processo 7538/2012.

O contrato com seus respectivos aditivos tiveram como amparo o art. 24, X da Lei 8.666/93, posto que foi comprovado a vantajosidade para a administração pública, sendo que para o ano de 2015 recebeu seu primeiro apostilamento.

Ficou demonstrado ainda que o imóvel escolhido para a locação pertence como único apto às necessidades da Administração, na medida em que a contratação direta (locação) prevista no inciso X do art. 24 da Lei 8.666/93, configura hipótese de dispensa de licitação aplicado ao caso em tela.

Já com relação ao contrato de locação vigente foi possível detectar algumas irregularidades que em nada comprometeu a relação contratual, qual seja a ausência de acompanhamento e fiscalização da execução contratual por parte do representante da administração especialmente designado, bem como relatório do fiscal do contrato.

Ressalta-se que somente consta aos autos de nº. 8.562/2013 às fls. 02 pedido de prorrogação de contrato em 04 de junho de 2013 pelo fiscal de contrato há época designado.

Por fim, o contrato teve a capacidade de produzir os efeitos desejados, pois hoje a Câmara Municipal de Marataízes/ES possui sua sede em um só prédio, onde ganhou-se espaço para cada setor administrativo, gabinete para cada vereador, arquivo e biblioteca em espaços apropriados, localização com melhores

possibilidades para estacionamento e demais vantagens físicas, como se pode observar pelas fotos e pelo laudo (processo nº. 8562/2013 – fls. 37-40) realizado no ano de 2015, com a realidade “in loco” constatada.

CONCLUSÃO

Posto isso, verifica-se que as rotinas internas do setor da câmara estão bem otimizadas tanto é que não se pôde observar nos dois processos irregularidade que pudesse causar danos ao erário.

Por outro lado, mister salientar que houveram outras incorreções, as quais mereceram apontamentos no presente relatório que, embora não causaram danos ao erário, demonstram que administração tem de coibidas.

O Poder Legislativo nesta legislatura que iniciou-se em janeiro de 2015, sofreu grande mudança de seus agentes políticos, vem tomando medidas visando o aprimorar o controle sobre a gestão de compras, licitações e contratos, foi observado ainda que há interesse permanente desta Casa Legislativa em fazer uma gestão séria eficiente e em perfeita harmonia com o ordenamento jurídico imperante, no sentido de que seja desenvolvido o trabalho de natureza preventiva e pedagógica para que haja perfeita compreensão da legislação em vigor e de acordo com as determinações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, assim a Unidade Central de Controle Interno passa a expor as seguintes **PROPÕSIÇÕES/RECOMENDAÇÕES**:

- 1) Cumprir o disposto do parágrafo único do artigo 38 da Lei 8.666/93;
- 2) Cumprir o disposto no art. 7º, §2º, III da Lei 8.666/93;
- 3) Seja designado um fiscal para o contrato de locação, seja confeccionado relatório do gestor do contrato para liquidação da despesa;
- 4) Que sejam cumpridas as Instruções Normativas nº 01/2014 e 02/2015 referente ao Sistema de Compras, Licitação e Contrato da Câmara Municipal de Marataízes/ES, para que se possa coibir falhas futuras.

7. AUDITORIA NO SISTEMA FINANCEIRO

Para auditoria no Sistema Financeiro, por meio da Circularização 06/2015, sob o nº de protocolo 12.461/2015 foram solicitados todos os processos de concessão de diária no exercício de 2015 nos meses de outubro e novembro no âmbito da Câmara Municipal de Marataízes.

Em atendimento ao solicitado foi encaminhado a esta Controladoria Interna em 17 de março de 2016, conforme termo anexo, os processos de concessão de diárias de outubro e novembro de 2015, quais sejam: - Processo 12.520/2015, 12544/2015, 12.569/2015, 12.658/2015, 12.661/2015, 12.663/2015, 12.723/2015, 12.724/2015, 12.725/2015, 12.673/2015, 12.732/2015, 12.767/2015, 12.781/2015, 12.789/2015.

De posse dos referidos processos de concessão de diárias, fez-se a checagem nos procedimentos e a consequente avaliação das rotinas internas.

Da análise, constatou-se que a Câmara Municipal de Marataízes, vem utilizando o Sistema de Concessão de Diárias por servidores e vereadores.

Ainda sobre os processos de diária, há de se informar que os perfis estão definidos da seguinte forma: O perfil de solicitante encontra-se com os vereadores e servidores, ordenador de despesas o Presidente da Câmara, o Assessor Financeiro Contábil repõe quanto a dotação orçamentária e disponibilidade financeira e o setor de tesouraria efetua o pagamento das referidas diárias.

Quanto às rotinas de concessão de diárias na amostra auditada, constatou-se que os procedimentos também têm sido cumpridos conforme Instrução Normativa SFI nº. 02/2015.

Os pedidos têm sido protocolados mediante requerimento de diária previsto na Instrução Normativa SFI nº. 02/2015, posteriormente autorizados pelo Presidente da Câmara e após são encaminhados para o setor contábil para que este se manifeste quanto à disponibilidade financeira e dotação orçamentária, o setor de tesouraria providencia o pagamento da referida diária e com o retorno da viagem o servidor ou vereador que recebeu a mencionada diária junta aos autos relatório da viagem, bem como comprovante.

Foi possível observar, ainda, que nos afastamentos havia anexo aos processos de diária comprovante do local onde os servidores e vereadores compareceram, bem como certificados de cursos que justificavam os pedidos de diária.

Das análises realizadas nos 14 (quatorze) processos, por esta Auditoria Interna verificou-se a existência de algumas impropriedades procedimentais as quais foram tratadas diretamente com os setores responsáveis e já foram regularizadas.

Outro ponto que merece destaque é o fato das Diárias, na sua maioria, serem pagas após o encerramento do encerramento. Certamente que tal fato se deva a três pontos principais: Chegada tardia dos convites para a participação de eventos, o que acaba ocasionando o atraso nos pagamentos das diárias; pedido de afastamentos feitos muito próximo às datas da realização dos eventos e a tramitação do processo de concessão de diárias que ainda continua sendo feita por via normal e somente após esse procedimento que é lançado no sistema para então estar sujeita às rotinas pagamento.

Assim, as rotinas de concessão de Diárias devem ser otimizadas pela Câmara Municipal, respeitando a IN SFI nº. 02/2015 e as leis municipais 1.813/2015 e 1.834/2015.

A UCCI passa a expor as seguintes recomendações com o fim de que os setores envolvidos continuem de forma intensiva cumprindo as normas internas que regulamentam a concessão de diárias no âmbito da Câmara Municipal de Marataízes.

Conclusão

No mais, não foram constadas irregularidades maiores que pudessem gerar dano ao erário na amostra auditada, foi observado ainda que há interesse permanente desta Casa Legislativa em aprimorar o controle sobre a concessão de diárias e em fazer uma gestão séria eficiente e em perfeita harmonia com o ordenamento jurídico imperante, no sentido de que seja desenvolvido o trabalho de natureza preventiva e pedagógica para que haja perfeita compreensão da legislação em vigor e de acordo com as determinações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e da Unidade Central de Controle Interno.

8. AUDITORIA NO SISTEMA DE FROTAS

Tendo em vista que o Controle Interno deve ser exercido em todos os níveis da entidade do setor público, compreendendo inclusive a preservação do patrimônio

público, quanto ao Sistema de Frotas foram verificados em 07/12/2015, sob o protocolo 12.869/2015 os seguintes apontamentos:

- A Câmara Municipal de Marataízes possui dois carros devidamente cadastrados no Sistema Contábil, quais sejam:
 - 01 (um) AUTOMÓVEL, marca VW, modelo Polo Sedan 1.6 total flex, ano fab. 2008; ano mod. 208, cor cinza cosmo; PLACA MSC 0918;
 - 01 (um) AUTOMÓVEL, marca VW, modelo Polo Sedan 1.6 comfortline; total flex; ano fab. 2011; ano mod. 2012, cor prata Sírius, modelo 160112, PLACA MTK 0727.
- Existe regulamento interno para o Sistema de Frotas (Instrução Normativa SF nº. 01/2014);
- A Divisão de Controle de Frotas atualmente é de responsabilidade da Secretaria Geral;
- O processo de devolução dos carros estava em andamento;
- Não ocorreram gastos referentes a combustíveis no ano de 2015;
- Não ocorreram solicitações para o uso dos carros no ano de 2015;
- Os carros encontravam-se no pátio do CRAS em Marataízes/ES;
- A Câmara possui um servidor motorista efetivo que atualmente não está exercendo a função de motorista devido a não utilização dos veículos que ocorreu desde meados do ano de 2013, estando atualmente desempenhando outras atividades correlatas e necessárias para o funcionamento desta casa de leis;
- Os carros estão parados desde idos de 2013 e não foram mais usados;
- O Controle Interno não tem conhecimento sobre recomendações feitas pelo Tribunal de Contas nesta área;
- Não existe ocorrência de utilização dos veículos da Câmara Municipal no ano de 2015, contudo foi recomendado por meio da Recomendação nº. 03/2015 devolução dos dois veículos da Câmara Municipal ao Poder Executivo ou realize a devida reforma dos veículos caso seja viável, quais sejam: - 01 (um) Polo sedan cinza cosmo; 01 (um) Polo sedan prata sírius. Esta Casa de Leis vem enviando esforços para proceder a devolução dos referidos veículos ao Executivo.

Baseada nas considerações acima, o Controle Interno conclui que as atividades da Câmara Municipal de Marataízes, estão em conformidade com as exigências legais, posto que o não uso do veículos foi uma opção da gestão para diminuir despesas

nesta Casa de Leis e quanto a necessidade de devolução dos carros ou reforma as providências foram tomadas no processo de nº. 11.867/2015.

As não conformidades encontradas estão listadas em cada item acima.

Recomendou-se que caso a Câmara voltasse a utilizar carros que seja feito o acompanhamento diário, semanal e mensal, de forma a proporcionar um maior controle no referido Sistema de Frotas, assim a Unidade Central de Controle Interno passa a expor as seguintes **PROPÓSICÕES/RECOMENDAÇÕES**:

- 1) Necessidade urgente de continuidade na imediata devolução dos dois veículos da Câmara Municipal ao Poder Executivo que foi a opção do gestor, Conforme Recomendação Nº 03/2015 DA Unidade Central de Controle Interno, quais de sejam: 01 (um) Polo sedan cinza cosmo e 01 (um) Polo sedan prata sírius. Importante registrar que, esta recomendação tem como objetivo evitar a depreciação dos referidos bens móveis em decorrência da redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

9. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Item 011 e 012 Gestão Fiscal, financeira e orçamentária

O Portal da Transparência tem por objetivo disponibilizar informações sobre a gestão, no que tange a execução orçamentária e financeira, em tempo real, possibilitando a qualquer cidadão verificar a correta aplicação dos recursos públicos.

Foi verificado que a Câmara Municipal de Marataízes em seu Site Disponibiliza instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais (PPA, LDO, LOA e Prestações de Contas), contudo não foram divulgados o RREO e o RGF. Há de se verificar ainda que se faz necessário cumprir por completo o disposto nos arts. 48 e 48 A da LRF.

Assim sendo, foi verificado pela Unidade Central de Controle Interno a ausência de divulgação em tempo real de informações pormenorizadas da execução financeira – violação ao art. 48 – A da Lei de Responsabilidade Fiscal, ausências e Informações desatualizadas referentes aos relatórios de gestão fiscal, Relatório de Execução Orçamentária e o Relatório de Execução Financeira; informações

desatualizadas referente a licitações e contratos e ausência de responsável pelo portal da transparência.

Para o Portal da Transparência da Câmara Municipal de Marataízes, a Controladoria Interna através de ALERTA INCIAL (memorando nº. 33) alertou o Sr. Gestor quanto a necessidade de efetivamente cumprir a Resolução 03/2015 no âmbito da Câmara Municipal de Marataízes, posto que a referida Resolução regulamentou a Lei de Acesso à Informação no âmbito da Câmara Municipal de Marataízes que traduziu as regras genéricas e abstratas da Lei de Acesso a Informação às especificidades da Câmara Municipal de Marataízes para conferir maior efetividade ao exercício do direito às informações públicas no controle social.

O Portal da Transparência não contempla tudo o que fora regulamentado na LAI e na Resolução nº. 03/2015, contudo a atual gestão vem enviando esforços para que de forma imperativa a disponibilize as informações para qualquer cidadão com o intuito de que o mesmo que possa ter pleno acesso a todos os dados atinentes à atividade parlamentar, à execução orçamentária e financeira, licitações, contratos e convênios, no "Portal da Transparência Legislativa", de forma a divulgar suas ações e serviços, bem como atender de forma eficaz a todas as solicitações formuladas, através do serviço de informações ao Cidadão juntamente com a Ouvidoria.

Recomendou-se que a Câmara cumprisse a legislação vigente quanto transparência site e para tanto a Câmara no ano de 2016 realizou pregão para reformulação do referido portal, de forma a proporcionar um maior controle social, assim a Unidade Central de Controle Interno passa a expor as seguintes

PROPÕSIÇÕES/RECOMENDAÇÕES:

- 1)** sejam as informações divulgadas no portal da transparência no site da Câmara Municipal em tempo real, ou seja, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil atendendo, desta forma, o que dispõe a legislação vigente;
- 2)** seja publicada a prestação de contas no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Marataízes, de pelo menos dos dois exercícios anteriores acompanhada do respectivo parecer do Tribunal de Contas, caso tenha;
- 3)** que os relatórios de gestão fiscal, relatórios de execução orçamentária e o relatório de execução financeira sejam atualizados regularmente e publicados no site;
- 4)** seja digitalizado todos os contratos e disponibilizados no site.

10. DA ANÁLISE DAS CONTAS

Em 22 de fevereiro de 2016, foi solicitado ao Setor Contábil através de Alerta Inicial – Memorando nº. 04/2016 (Processo nº. 13.113) que este encaminhasse a Unidade Central de Controle Interno desta Câmara Municipal os arquivos geradores das peças integrantes da Prestação de Contas Anual, o que efetivamente não ocorreu, posto que o prazo para o Setor Contábil concluir e encaminhar a Prestação de Contas ao TCEES é de 31 de março.

Desta forma, tendo em vista que até a data da elaboração deste Relatório a Controladoria Interna não recebeu a integral da Prestação de Contas do exercício 2015 contendo todas as informações necessárias para analisar os pontos de controle concernentes às contas da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Marataízes, **a Unidade Central de Controle Interno se ABSTEM de emitir opinião acerca de tais aspectos.**

11. PARECER CONCLUSIVO

Desta forma, quanto as demonstrações contábeis, balancetes e demais documentos que demandem conhecimento técnico contábil restringiu-se a conformação da Prestação de Contas Anual referente ao exercício 2015 às normas que a regulamentam, não se constituindo em juízo de valor quanto à adequação dos registros e demonstrações contábeis, balancetes financeiros e orçamentários, bem como atendimento de orientações técnicas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, tendo em vista a ausência de habilitação profissional/competência técnica desta Controladora Interna para realizar tal análise, bem como também ao fato de não ter recebido a integral dos documentos e arquivos geradores das peças integrantes da Prestação de Contas Anual.

Por fim, a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do gestor responsável Sr. Willian de Souza Duarte Presidente da Câmara Municipal de Marataízes, relativa ao exercício de 2015, com objetivo de avaliar os resultados, quanto à legalidade, eficácia, eficiência e economicidade na gestão de recursos públicos, financeira e patrimonial da Câmara Municipal de Marataízes/ES e com o objetivo de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, mostram-se formalmente ADEQUADAS ao ordenamento jurídico.

GRAZIELLY SANTOS
Controladora Interna da Câmara Municipal de Marataízes/ES

Marataízes/ES, 31 de março de 2016.

TABELA 7, DO ANEXO II DA IN 34/2015 – CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL

1) Procedimentos de Controle adotados pela unidade executora do Controle Interno

1.1 Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Visto
001	Despesa pública – criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa – estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	LC 101/2000, art. 16.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com consequente aumento de despesa, avaliar se os atos foram acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois subsequentes e se foram acompanhados por declaração do ordenador de despesas de que o aumento acarretado teve adequação e compatibilidade orçamentária e financeira com a LOA, com o PPA e com a LDO.	NÃO
002	Despesa pública – criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa – afetação das metas fiscais	LC 101/2000, art. 17, §3º.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de despesas de caráter continuado, avaliar se foram observadas as condições previstas no artigo 17, §1º da LRF e se os efeitos financeiros decorrentes do ato praticado não afetarão as metas fiscais dos exercícios seguintes e serão compensados por aumento permanente de receitas ou pela redução permanente de despesas.	Não Aplicável
003	Déficit orçamentário – medidas de contenção	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se a foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário.	NÃO
004	Execução de despesas – créditos orçamentários	CRFB/88, art. 167, II.	Avaliar se houve reavaliação de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	NÃO
005	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº. 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	NÃO

006	Créditos adicionais - decreto executivo	Lei nº. 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei, foram abertos mediante edição de decreto executivo.	NÃO
007	Créditos orçamentários - transposição remanejamento e transferências	CRFB/88, art. 167, inciso VI.	Avaliar se houve a transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.	NÃO
008	Autorização legislativa para de de fundos de qualquer natureza	CRFB/88, art. 167, inciso IX.	Avaliar se houve instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.	NÃO
009	Realização de investimentos plurianuais	CRFB/88, art. 167, §1º.	Avaliar se foram iniciados investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.	NÃO
010	Créditos extraordinários - abertura	CRFB/88, art. 167, §3º.	Avaliar se houve abertura de crédito extraordinário para realização de despesas que não atenderam situações imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 da CRFB/88.	NÃO
011	Transparência na gestão - instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	LC 101/2000, art. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestação de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	SIM
012	Transparência na gestão - execução orçamentária	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no art. 48-A da LRF.	SIM

013	Relatório Resumindo da Execução Orçamentário e Relatório de Gestão Fiscal - elaboração	LC 101/2000, art. 52 a 55. Portaria STN nº. 637/2012.	Avaliar se os demonstrativos fiscais que integram o RREO e o RGF foram elaborados em observância às normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional	Não
014	Contribuições previdenciárias - recolhimento	Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso II.	Verificar se as contribuições previdenciárias (patronal e retida dos servidores) e se os parcelamentos de débito previdenciários estão sendo recolhidas regularmente e se o registro contábil das contribuições dos servidores e do ente estatal está sendo realizado de forma individualizada.	NÃO
015	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	LC 116/2003, art. 6º. Decreto Federal nº. 3.000/1999. Lei 8.212/1991	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública	NÃO
016	Pagamento de precatórios	CRFB/88, art. 100.	Avaliar se os pagamentos de precatórios previstos na LOA obedeceram as disposições contidas no artigo 100 da CRFB/88.	NÃO HOUE
017	Pagamento de passivos - ordem cronológica das exigibilidades	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	NÃO
018	Cancelamento de passivos	CRFB/88, art. 37, caput. Resolução CFC nº. 750/1993.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador	NÃO
019	Registros contábeis - normas brasileiras de contabilidade	Resolução nº. 750/1993 c/c NBC-T 16	Avaliar se os registros e as demonstrações contábeis foram realizados de acordo com princípios fundamentais de contabilidade e com normas brasileiras de contabilidade aplicas ao setor público.	Não
020	Registros de bens móveis imóveis	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis e imóveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	SIM

021	Registro de bens permanentes	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	SIM
022	Despesa – realização sem prévio empenho	Lei 4.320/1964, art. 60	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	NÃO
023	Despesa – liquidação	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº. 4.320/64 para liquidação das despesas.	NÃO
024	Pagamento de despesas regulares sem liquidação	Lei 4.32/1964, art. 62	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	NÃO
025	Despesa - desvio de finalidade .	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Avaliar se houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados	NÃO

1.2 Gestão patrimonial

código	Ponto de Controle	Base legal	Procedimento	Visto
001	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais	SIM
002	Registros bens e móveis imóveis	CRB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis e imóveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	SIM
003	Cancelamento de passivos	CRFB/88, art. 37, caput. Resolução CFC nº. 750/1993	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	NÃO

1.3 Limites Constitucionais e legais

código	Ponto de Controle	Base legal	Procedimento	Visto
001	Despesa com – pessoal subsídio dos vereadores fixação	CRFB/88, art. 29, inciso VI	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no art. 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.	SIM
002	Despesa com – pessoal subsídio dos vereadores pagamento	CRFB/88, art. 29, inciso VI	Avaliar se os pagamentos de subsídios aos vereadores obedeceu os limites fixados no art. 29, inciso VI, da CRFB/88.	SIM
003	Despesas com – pessoal remuneração vereadores	CRFB/88, art. 29, inciso VII	Avaliar se o total de despesa com a remuneração dos vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.	SIM

004	Poder Legislativo Municipal despesa total	– CRFB/88, art. 29-A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídio dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo art. 29-A da CRFB, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § ° do art. 153 e nos arts. 159 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	SIM
005	Poder Legislativo Municipal Despesa com folhas de pagamento	– CRFB/88, art. 29-A, §1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	SIM
006	Despesa com pessoal abrangência.	– LC 101/2000, art. 18.	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	SIM
007	Despesa com pessoal - limite	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	SIM
008	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	NÃO
009	Despesas com pessoal – aumento das despesas nos últimos 180 dias do fim do mandato – nulidade do ato	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Avaliar se foram praticados atos que provocam aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do poder.	Não aplica no ano de 2015
010	Despesas com pessoal – limite – prudencial vedações	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, LRF foram observadas.	SIM

011	Despesas com pessoal – extrapolação do limite-providências	LC 101/2000, art. 23.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no art. 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 foram adotadas.	SIM
012	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização da LDO	CRFB/88, art. 169, §1º	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargo, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I – de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrente; II – de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.	NÃO
013	Despesas com pessoal – medidas de contenção	CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º	Havendo exploração dos limites prudencial e máximo estabelecidos pela LRF para despesas com pessoal, avaliar se as medidas de contenção previstas no artigo 168 da CRFB/88.	NÃO
014	Obrigações contraídas no último ano de mandato	LC 101/2000, art. 42.	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.	Não aplica no Ano de 2015
1.4 Demais atos de gestão				
Código	Ponto de Controle	Base legal	Procedimento	Visto
001	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	NÃO

002	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Legislação específica do órgão	Nos órgão que dispõem de lei específica disciplinando condição percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	NÃO
003	Pessoal – contratação por tempo determinado	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	NÃO
004	Pessoal - teto	CRFB/88, art. 37, inciso XI	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	NÃO
005	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.	NÃO
006	Segregação de funções.	CRFB/88, art. 37.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	NÃO
007	Dispensa e exigibilidade de licitação.	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	NÃO
008	Despesas – realização de despesas – irregularidades	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	NÃO